

Mediaticamente “Homem Público”: Sobre a dimensão electrónica dos espaços públicos

Susana Nascimento*

Reflectir sobre os discursos actuais sobre cidadania e participação cívica e política encontra desde logo traços definidores e, frequentemente, catastróficos na evolução de uma cultura pública, fundada e exercida em espaços públicos. Efectivamente, enquanto conceito dialéctico, entendido na sua dimensão normativa de envolvimento e discussão públicos e na sua dimensão factual historicamente espacializada¹, o ‘espaço público’ enquadra-se tendencialmente em cenários delineados de crise, retracção ou abandono.

Ao procurar a desconstrução de algumas representações e perspectivas da vida pública, o meu enfoque será colocado sobretudo no cidadão individualmente considerado como actor político - privilegiado e amplamente representado nas teorias sociológicas actuais - na medida em que recai, alegadamente, sobre a sua responsabilidade uma certa degradação da actuação cívica, quando

confrontado com determinadas caracterizações gerais das sociedades contemporâneas. Como pressuposto comum a essas caracterizações, parte-se assim de uma suposta ‘crise de participação cívica e política’, formulada já nos anos 70 por Richard Sennett (1990, 1992), como a “queda do homem público”. Tal traduz-se num desinteresse crescente pelos assuntos públicos, numa apatia pela discussão e pelos deveres de cidadão, juntamente com representações negativas sobre os próprios representantes do poder político, num progressivo afastamento entre a política e o cidadão.

As argumentações em torno desta ‘crise’, embora se complementem por vezes, diferem em três ideias principais, tendo como pano de fundo a presunção de um espaço público amorfo, inactivo, deserto, isolado: um crescente individualismo nos modos de vida urbanos; a trivialização e comodificação da informação veiculada pelos media; e um consumismo passivo e alienante. Na primeira conceptualização, autores como Sennett identificam um auto-centramento dos sujeitos envolvidos num crescente narcisismo, sobretudo num contexto urbano, segundo os quais a condução da vida pessoal se torna a sua principal preocupação, entendida como um fim em si mesmo. Nesta

*Investigadora de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação no ISCTE

¹Nesta conceptualização dialéctica, reenvio à crítica de Carlos Fortuna et al (1998) relativa à excessiva abstracção do conceito de ‘esfera pública’ de Jurgen Habermas (1978, 1992), que privilegia claramente o ideal normativo de uma arena de discussão racional e equitativa entre os interlocutores, minimizando assim os desníveis económicos e culturais destes últimos.

“cultura da personalidade”, os indivíduos privilegiam uma ‘visão intimista’ de recolhimento e afastamento das relações sociais impessoais em espaços colectivos, e assim da participação cívica, em favor de uma ‘retribalização’ em pequenos e restritos ‘nichos’ domésticos’, centrados em questões do foro pessoal.

Por outra parte, a ‘crise’ na participação dos actores interliga-se, segundo autores como Bryan (1998), Thornton (1996) e Sennett, nas lógicas de funcionamento dos media actuais, que se encontram caracterizadas por uma espectacularização do debate político, assim como por uma ausência de informação económica, social e política criticamente fundamentada. Estas disposições para a trivialização e para a comodificação da informação podem ser encontradas já em formulações da Escola de Frankfurt, principalmente por Adorno e Horkheim, e posteriormente por Habermas, visíveis na ausência de centros mediáticos de discussão racional e crítica.

Para além de uma manipulação de acontecimentos para fins de impacto mediático, a maior parte dos indivíduos parecem encontrar-se ausentes da arena pública formada pela televisão ou pelos jornais que, neste seguimento, apenas lhes fornecem pequenos espaços de participação com pouca visibilidade. Levando mais longe os seus argumentos, Sennett sustenta que os media potenciam o paradoxo do isolamento e do esvaziamento do domínio público, ao veicularem discursos políticos generalizados e desprovidos de afirmações ideológicas, centrando-se nos traços de personalidade dos políticos, sem uma real exposição e discussão de ideias.

A esta imagem do ‘espectador passivo’

junta-se, por fim, a do ‘consumidor-objecto’ que atesta, para Fortuna, uma importância progressiva do mercado e do consumo na estruturação e funcionamento das interações sociais e dos estilos de vida. O consumo torna-se assim na categoria privilegiada de significação social, imprimindo uma pluralidade e fragmentação do espaço público, enquanto orientado para uma lógica de padronização de bens e serviços de estandardização e industrialização da cultura.

Contudo, esta condição imagética de indivíduos auto-centrados, passivos, atomizados e alienados, que não podem responder às interpelações e informações transmitidas pelos media, e que se caracterizam essencialmente pelas suas práticas de consumo, apresenta-se como redutora em face de processos complexos de construção e apresentação identitária. Encontram-se presentes, efectivamente, factores de grande escala de inibição e constrangimento da actuação individual, que fica restringida na sua autonomia e espaço de decisão, sendo frequentemente relegada para um papel automatizado de consumo. Por outra parte, contrapõem-se, em permanente tensão, as tendências individualizantes que apelam a constantes escolhas por parte dos indivíduos, que perante si vêem múltiplos caminhos cujas consequências, positivas ou negativas, tendem a recair exclusivamente sobre a sua responsabilidade.

Concordar com a existência deste dilema do self, que se diagnostica como um dos mais significativos, não implica porém anuir com a tal imagem de um indivíduo prioritariamente centrado em si próprio, que por vezes resvala em dicotomias redutoras do individual vs colectivo, ou isolamento vs participação. Assim, em vez de se falar num ‘individualismo’ crescente, remete-se

para uma concepção menos ideologicamente enviesada de 'individualização' (Zygmunt Bauman, 2000, 2001), salientando um quadro de mudança de vivências, motivações, necessidades e comportamentos que podem remeter para outras configurações de sociabilidade e interacção, mas não necessariamente para transformações negativas nas condições sociais.

Segundo Bauman, as identidades definem-se pela sua construção contínua por parte dos actores, que têm assim responsabilidades acrescidas nessa 'tarefa', nas suas consequências, efeitos não pretendidos e/ou perversos, tendo em conta a erosão das instituições tradicionais enquanto fontes únicas de referências de práticas, valores e representações. Cada vez mais, os indivíduos movem-se em contextos de interacção diferenciados, que apelam a códigos e valores por vezes contraditórios entre si, num processo constante e frágil de gestão de tensões e equilíbrios. Nesta lógica, com as críticas aos media enquanto mercantilizados e standardizados, as informações disponíveis aos actores não se restringem a fontes estáveis e controladas; 'resituando-se' estes continuamente em novas redes simbólicas, físicas e electrónicas, num desdobramento e mutação dos seus elementos identitários.

Contudo, separo esta 'individualização' de um conceito que se tornou, actualmente, quase num chavão amplamente difundido e confundido - a reflexividade ou hiper-reflexividade dos actores sociais. Segundo Anthony Giddens (1992, 1997), estes últimos possuem capacidades reflexivas de apropriação, selecção e reorganização dos diversos acontecimentos em que se envolvem, actualizando formas de intervenção e expressão pessoal/colectiva e construindo

'projectos' de identidade biograficamente contínuos. No entanto, esta ideia de 'projecto' sobrestima as possibilidades reais de apropriação estratégica de elementos identitários, em face de contextos tão mutáveis e divergentes; conseqüentemente, volto assim às conceptualizações de Bauman, especificamente à noção de 'auto-constituição' que salienta a ambivalência indeterminada, não-linear, flexível, de identidades que se caracterizam como 'volúveis' e resituadas.

Conicionados, tanto em termos políticos, sociais, económicos e/ou culturais, os actores sustentam então a sua singularidade na reformulação permanente das condições de auto-constituição das suas identidades. Tendo em conta este conceito de identidades descentradas, flexíveis e múltiplas, os indivíduos são desafiados permanentemente a conciliar as suas afinidades e pertenças a grupos raciais, étnicos, linguísticos, religiosos, etc, com a noção de cidadania política, tensão que se potencia com a crescente dispersão contemporânea da experiência quotidiana em rede, seja em espaços físicos, seja em espaços electrónicos. Para Isin e Wood (1999), esta oposição clássica entre identidade e cidadania, na qual se baseiam alguns discursos de 'crise da participação' do cidadão, deve ser ultrapassada com um concepção de cidadania mais alargada que inclua não só os direitos e deveres legais, civis, políticos e sociais, mas também as práticas culturais, simbólicas e económicas pelas quais os indivíduos e os grupos reclamam e lutam pela afirmação dos seus direitos.

Precisamente, a maioria dos discursos sobre cidadania (sobretudo nos movimentos sociais) procuram ultrapassar as visões liberais e comunitárias do declínio da esfera

pública através de um ethos de pluralidade e diversidade, segundo o qual os indivíduos têm de realizar escolhas numa reconstrução e reapropriação de recursos de cidadania, no redesenho da agora como local de encontro, debate e negociação entre o indivíduo e o bem comum, entre o privado e o público. Por outras palavras, “[t]he task is now to defend the vanishing public realm, or rather to refurnish and repopulate the public space fast emptying owing to the desertion on both sides: the exit of the ‘interested citizen’, and the escape of real power into the territory which (É) can only be described as an ‘outer space’.” (BAUMAN, 2000: 39).

Nesta conflitualidade entre agendas individuais e colectivas, denota-se um ênfase sobre os chamados valores pós-materialistas (conceito de Ronald Inglehart), que atendem a questões como a qualidade de vida, a expressão e realização individuais, e a maior participação dos cidadãos na tomada das decisões nas empresas e nos sistemas políticos, expressos em grande parte nos chamados ‘novos movimentos sociais’. Relegando para outro contexto a distinção entre ‘velhos’ e ‘novos’ movimento sociais, destaca-se basicamente nestes últimos a defesa de direitos de cidadania não só em termos políticos, mas igualmente económicos, culturais e sociais, que influenciaram quadros de referência actuais de participação cívica e política. Ao procurar um meio termo entre perspectivas de dominação social e perspectivas contrárias de auto-centramento no indivíduo, surge assim uma conceptualização mais positiva da participação individual e colectiva, por exemplo, nas práticas em espaços públicos de cultura e lazer que, segundo Carlos Fortuna (1998/99), “(...) contêm um potencial identitário, expressivo

e eventualmente emancipatório que coexiste ao lado das dinâmicas de ordenação, normalização e controlo decorrentes dos processos de mercantilização e privatização.” (id *ibid*: 94), argumento que se pode estender aos próprios media, contrapondo-se assim à perspectiva acima delineada.

Segundo esta concepção, os indivíduos surgem assim como actores que, não obstante a sua concentração nos seus assuntos da vida de todos os dias, podem mobilizar os seus recursos, seja individual ou colectivamente, para assegurar uma presença nas arenas públicas ditas ‘tradicionais’ - como as associações cívicas ou culturais, certos movimentos políticos e a imprensa escrita - e ‘electrónicas’, que se desdobram em múltiplas redes de comunicação e informação, recorrendo às novas tecnologias - o que nos habituámos a apelidar de ‘novos media’. Com efeito, na última década os discursos sobre as potencialidades destas redes electrónicas ampliaram-se, quer ao nível das organizações educacionais e culturais locais, das agências governamentais, quer dos activistas comunitários e políticos - a esperança da renovação das agoras e dos foruns do passado, através do reforço das interacções entre as comunidades e de novos mecanismos de informação, discussão, organização, acção ou mesmo votação electrónica.

Será que através destes espaços electrónicos, estamos a passar das ‘teledemocracias’ dos anos 50 (com recurso ao telefone e aos sistemas de cabo interactivos) para uma ‘democracia digital/electrónica’ (utilizando principalmente a Internet e a World Wide Web)? De uma ‘democracia de elites’ para uma ‘democracia de massa’ do século XX, estamos perante uma ‘democracia do

público’ (Rodotà, 2000)? A reflexão sobre as possibilidades democráticas digitais tende a desdobrar-se em quatro níveis cruciais, do ponto de vista dos indivíduos, segundo uma argumentação tecnofílica: acesso generalizado à informação; comunicação com outros cidadãos; constituição e alargamento de movimentos; e comunicação com o poder político. Relativamente ao primeiro, pelas suas características tecnológicas, os novos media podem permitir um acesso à informação que se configura como mais imediato, simultâneo e directo, modificando assim as condições de exercício da cidadania. Segundo um ideal habermasiano de esfera pública, os cidadãos devem ter acesso a toda a informação disponível sobre os assuntos em debate, de modo a permitir a sua participação fundamentada e crítica. Com a disponibilização progressiva de informações em serviços electrónicos públicos, muitos acreditam que os actores alargam o seu conjunto de conhecimentos, o que origina um cidadão politicamente activo e mais poderoso.

Por outra parte, através de foruns, chat rooms, newsgroups ou mailling-lists, os cidadãos podem estabelecer redes de comunicação horizontal com outros cidadãos, muitas vezes sem intermediação e baseadas apenas em afinidades de ideias, convicções, e projectos. Adicionalmente, a separação física na comunicação textual electrónica, a qual possibilita um anonimato dos intervenientes, potencia, para alguns dos seus acérrimos defensores, uma igualização nas trocas informacionais mediante a ‘invisibilidade’ de traços pessoais, como idade, género, profissão, e status. Segundo este raciocínio, ao secundarizar a apreensão imediata destas características pessoais,

os espaços públicos electrónicos constituem locais de liberdade de expressão, não-condicionados por pré-concepções relacionadas com determinadas categorias sociais, democratizando os discursos de todos os interlocutores, que se associam em torno das suas ideias. No terceiro nível, as iniciativas de participação podem manifestar-se numa escala colectiva de associativismo, cívico ou institucional, expresso nas acções de sujeitos, grupos e instituições que utilizam as suas capacidades interventivas na implementação das novas tecnologias em locais físicos e/ou ambientes ‘virtuais’, introduzindo, segundo Manuel Castells (2000b), uma dimensão de contestação e de resistência dentro dos próprios mecanismos e estruturas de dominação social, económica e cultural que caracterizam os ‘espaços dos fluxos’² e dos ‘lugares’. As redes de sociabilidade dos sujeitos podem alargar-se e centrar-se em múltiplas comunidades com diversos objectivos, lógicas de funcionamento e temas, variando de sistemas de informação alternativos aos media, ou redes de solidariedade e cooperação via Internet; ou mesmo movimentos sociais em todos os domínios, sendo os exemplos mais citados o dos Zapatistas no México, e os movimentos anti-globalização presentes em Seattle e

²Conceito de Castells que se tornou referência incontornável, define-se como uma nova lógica espacial que compreende “(...) the material arrangements that allow for simultaneity of social practices without territorial contiguity.” (Castells, 2000b: 19). Ao agregar as práticas sociais que funcionam por fluxos, este conceito não compreende apenas espaços electrónicos, advindo daí as suas qualidades heurísticas que o distinguem de outras noções de ‘realidade virtual’ ou ‘espaço virtual’ - abarca os ambientes electrónicos, as infra-estruturas tecnológicas, de telecomunicação e de transporte, as redes de interacção, etc.

Praga.

Efectivamente, com a expansão das novas tecnologias, particularmente a Internet, ocorreu uma expansão de 'movimentos cívicos' ou de 'novos movimentos sociais' com expressão neste novos media, com graus diversos de formalização e organização e de vários quadrantes políticos e ideológicos, que leva Cathy Bryan et al (1998) a indiciar uma suposta 'ideologia do movimento da rede cívica'. Com as devidas diferenças entre si, estes movimentos professam, essencialmente, uma capacitação de grupos socialmente desfavorecidos ou de exposição de problemas sociais 'invisíveis' nos media tradicionais, através de novos meios de comunicação que criam condições para a acção política colectiva em moldes mais rápidos, organizados e menos dispendiosos, estimulando assim o desaparecimento de intermediários que distorcem a informação, como os jornalistas e os políticos.

Por último, a comunicação horizontal entre os sujeitos pode ser complementada com uma comunicação vertical entre os representantes e decisores políticos e os cidadãos, potencialmente mais directa e rápida, numa proclamada 'interactividade'. Num modelo ideal, através de meios tão simples como o e-mail, os sujeitos podem interpelar os diversos detentores de cargos políticos em busca de respostas atempadas a necessidades, receios e problemas locais, sem passar por intermediários ou organismos burocráticos. Sustenta-se que este tipo de contacto proporcionaria uma maior confiança no sistema político por parte dos indivíduos, alterando até representações actuais negativas sobre os corpos dirigentes políticos, a par de uma maior responsabilização das decisões tomadas pelos mesmos.

As características tecnológicas destes espaços públicos 'virtuais' prometem assim um 'maravilhoso mundo novo' de uma nova configuração de individualidade, expressa na imagem do netizen, um cidadão com plenos recursos informacionais e de expressão, participativo, activo, em interacção permanente com outros cidadãos e com o próprio poder político, concretizando assim o ideal de esfera pública de Habermas.

Em particular, estas visões idealizadas de revitalização da esfera pública suscitam um primeiro conjunto de problematizações, que se prendem com uma crítica a retóricas de regeneração das comunidades e dos movimentos cívicos ou sociais, das suas lógicas de funcionamento, sejam 'virtuais' ou físicos. Ao associar comunidade a comunicação, enquanto transparente e harmoniosa, estamos perante uma idealização política da primeira, segundo a crítica formulada por Kevin Robbins (1999), projectando uma 'ilusão do consenso e da unanimidade' que traduz as formulações de Habermas de uma esfera pública de discussão consensual, racional e crítica, mediante os contributos de todos os participantes.

Especificamente nos espaços electrónicos, estes não incluem apenas espaços organizados e concretos de debate entre outros definidos, mas também podem constituir-se enquanto vastos, caóticos, com uma variedade complexa de intervenientes, sem objectivos claros e sem obedecer a regras racionais de argumentação. Para Kellner, o que caracteriza precisamente estes locais é sua natureza conflitual e variável, isto é, "[t]he best sites in cyberspace are not harmonious, well-ordered and structured, or even civil and sophisticated, but are full of life and diversity, excitement and adventure,

and useful information spiced with diverting entertainment - just like the best urban communities before they were destroyed, or undermined, by crime, corporate restructuring and flight, and the vicissitudes of technocapitalism” (KELLNER, 1999: 201) Os discursos de enaltecimento do consenso em comunidades de interesses e projectos comuns tanto surgem nos movimentos cívicos ou sociais, como nas várias iniciativas electrónicas das instituições políticas, ainda que com objectivos distintos. Frequentemente, embora não constitua uma regra, os movimentos cívicos constituem-se em oposição ou em complementaridade com as diversas instituições políticas, as quais acusam de alienar e afastar os cidadãos, ignorando as suas necessidades e opiniões, ocultando informações necessárias, e burocratizando procedimentos públicos. Embora se possa criticar as suas argumentações, por vezes mais extremistas, de elogio da força individual e colectiva, livre de constrangimentos políticos, económicos e sociais, estes movimentos existentes nas redes electrónicas sustentam uma percepção mais atenta às especificidades do meio, em comparação com as iniciativas governamentais. De facto, os movimentos com maior sucesso de implementação e desenvolvimento na Internet são aqueles que atendem a lógicas de interacção dispersas, descentralizadas e com algum apoio local, procurando a participação política directa entre os cidadãos interessados em determinada temática, com vista a exercerem uma exposição pública suficientemente visível e credível nos media tradicionais.

Em contraposição, o exemplo dos projectos telemáticos de desenvolvimento de ligações com os cidadãos por parte dos governos cen-

trais e das Câmaras Municipais, ilustra um outro tipo de objectivos que englobam determinadas noções de cidadania enquadradas em expectativas de crescimento económico local, de fortalecimento da coesão social através de um renascer da vida urbana social e cultural, de combate às desigualdades sociais nos diversos grupos que habitam na cidade, etc. Destas experiências, destaca-se a experiência portuguesa de uma Cidade Digital em Aveiro (<http://www.aveiro-digital.pt>), que funciona enquanto sistema integrado de redes de comunicação e informação entre as autoridades municipais, os cidadãos, as empresas e outras instituições, baseado num site que recorre a metáforas espaciais (bairros, praças, ruas, edifícios, etc).

Ao analisar este projecto de ‘Aveiro - Cidade Digital’ (criado em 1998), denota-se que este procura, para além de disponibilizar infra-estruturas e sistemas tecnológicos modernizados, uma “mobilização” e “participação voluntária” dos cidadãos num processo de “desenvolvimento sustentado” e de “construção de uma comunidade digital” inclusiva e activa. Este modelo de cidadania entrevê-se na frase: “A Cidade Digital será um espaço onde os cidadãos encontram a sua identidade, um sentimento de pertença e de segurança, será um espaço promotor da unidade local e garante da criatividade e diversidade, através da concertação e do diálogo social”³ (sublinhados da responsabilidade da presente análise). Embora se saliente o ênfase colocado no papel dos actores nos processos de decisão e desen-

³Documento referente ao programa e objectivos de ‘Aveiro - Cidade Digital’ - <<http://www.aveiro-digital.pt/default.asp?func=3-5>> (Data do último acesso: Fevereiro 2002)

volvimento local, encontramos-nos perante uma conceptualização política redutora de 'cidadão' e 'comunidade' ao defini-los enquanto unitários e estáveis, que conciliam os seus interesses e tensões num ambiente digital de diálogo e participação.

Por um lado, este projecto pressupõe uma idealização da comunicação vertical entre os representantes políticos e os cidadãos: mesmo com a abertura de canais directos com os responsáveis políticos, tal não significa uma interactividade e um consequente aumento de responsabilização, tendo em conta as resistências das lógicas tradicionais de funcionamento das próprias estruturas políticas. Efectivamente, as formas de relacionamento e de interpelação entre os eleitores e os eleitos ainda se encontram enredadas numa comunicação política unidireccional, sem debates políticos abertos e recorrentes, que começam só agora a recorrer às potencialidades das novas tecnologias (e principalmente baseadas apenas em trocas de e-mails).

Por outro lado, ao apresentar uma expectativa de uniformização das diversas sensibilidades e necessidades dos cidadãos, este projecto não atende às realidades complexas, fracturadas e dispersas das vivências quotidianas, que se multiplicam em inúmeras redes de interacção. Denota-se assim uma tentativa de definição de um denominador comum aos vários grupos de cidadãos mediante um conceito de cidadania demasiado abrangente e simplista, que acaba por não reconhecer o carácter flexível e múltiplo das identidades dos indivíduos nas suas comunidades igualmente dispersas e fluidas, distintas entre si por constrangimentos económicos, sociais e culturais.

É precisamente este último ponto que

introduz o segundo conjunto de problematizações, relacionadas com a necessidade de conceptualizar a interligação e o entrecruzamento entre os espaços públicos físicos e virtuais. As potencialidades democratizantes dos novos media encontram o seu principal obstáculo na acessibilidade a esses espaços electrónicos de informação e de comunicação com outros, que coloca algumas condições tecnológicas básicas: computador e ligação à Internet através de linha telefónica ou digital. Por outro lado, subsistem outras condições culturais e sociais que não podem ser descuradas, tais como tempo livre disponível, e níveis de literacia que permitam aos sujeitos capacidades linguísticas e expressivas adequadas; consequentemente, uma cidadania participada não depende apenas de um maior e melhor acesso à informação, mas também de uma alteração de condições de vivência, sem as quais os indivíduos não se encontram aptos a exercer os seus direitos e deveres políticos e cívicos.

Adicionalmente, a 'suspensão' das distinções sociais, de idade e de género na comunicação electrónica, presente nos discursos tecnofílicos, constitui outra ilusão tecnológica que se desvanece perante a existência de determinados indícios de status e de diferenciações de condutas e relacionamentos. Para Habermas, os espaços públicos dos salões, sociedades e cafés diluíam as clivagens sociais em prol da qualidade dos argumentos; contudo, as 'dicas' estão sempre presentes nos espaços, mesmo em meio textual, no qual a linguagem ocupa o lugar de destaque. Moradas de e-mail que indicam organização de pertença ou país por vezes, fluência linguística, formas discursivas, apresentam-se como recursos distintos que

realizam a formação de identidades sociais diferenciadas.

Em vez de se operar uma separação entre os espaços, persiste assim uma forte interligação entre o físico e o virtual, na medida em que os indivíduos ‘transportam’ consigo os seus quadros de interpretação e referência, seja qual for o espaço onde se movem. Efectivamente, o ‘espaço dos fluxos’ reenvia necessariamente para o ‘espaço dos lugares’, enquanto organização espacial historicamente enraizada, que se constitui enquanto referencial dos significados e identidades construídas pela maior parte dos actores, isto é, a sua experiência e interacção social organizam-se principalmente (pelo menos por enquanto) em torno de lugares fisicamente determinados.

Ao subestimar a inseparabilidade dos espaços físicos e electrónicos, o projecto de ‘Aveiro - Cidade Digital’ incorre na lacuna grave em termos da sua concepção, estrutura e desenvolvimento. Como nos dizem Graham e Marvin (2000), as ‘cidades virtuais’, que variam desde simples bases de dados locais de promoção turística, até sites sofisticados que procuram alargar os serviços interactivos às populações, apresentam geralmente duas ordens de problemas.

Primeiro, tendem a constituir-se como iniciativas fragmentadas e locais, ignorando-se entre si, algo que ocorre igualmente em Aveiro, visto que não desenvolveu as redes previstas com outras cidades digitais europeias, nem com os outros projectos portugueses enunciados, para troca de experiências e conjugação de sinergias valiosas. Em segundo lugar, as ‘cidades virtuais’ desenvolvem-se sem pouca ou nenhuma atenção ao domínio físico urbano ou às dinâmicas de desenvolvimento das ‘cidades

reais’ a que se reportam e se referenciam. Ou seja, é vital aferir a adequação das aplicações destas novas ferramentas, seja a Internet, televisão por cabo, quiosques multimedia, ou videotexto, às necessidades sociais, geográficas e institucionais dos sujeitos em questão, através de estudos de implementação e de avaliação aprofundados, inexistentes no caso de Aveiro.

Frequentemente, os promotores destas iniciativas subestimam e subvalorizam a importância e continuidade das organizações e associações locais que podem desempenhar um papel central na sensibilização dos cidadãos, operando a um nível micro. Aproveitando as redes comunitárias já existentes, opera-se então uma interligação entre os espaços electrónicos e os espaços físicos, na medida em que “[u]rban places and electronic spaces are increasingly being produced together. The power to function economically and link socially increasingly relies on constructed, material places that are intimately woven into complex media infrastructures linking them to other places and spaces.” (GRAHAM E MARVIN, 2000: 89) Denota-se então uma desejada interligação entre as iniciativas estatais e as populações não apenas a um nível abstracto e formal, mas de real disponibilização de instrumentos aos indivíduos integrados nas suas comunidades. Segundo Graham e Marvin, a longo prazo, as redes de computador ‘enraizadas’ em comunidades locais concretas podem ser mais sustentáveis, efectivas e significativas em comparação com aquelas baseadas apenas na troca e disponibilização global de informação. Com efeito, tais iniciativas inspiram maiores níveis de confiança aos utilizadores, e tornam-se mais eficazes na resolução de problemas reais,

em inter-relação com centros de formação e com contacto face-a-face, sustentando interacções recíprocas e frequentes que se relacionam com o espaço público mais alargado.

O sucesso deste tipo de iniciativas consubstancia-se no caso de um projecto implementado em 1996 num comunidade pós-industrial no Norte de Inglaterra de uma rede electrónica civil - o 'Trimdon Digital Village' ou TDV (LOADER, 2000) - que procurou, precisamente, uma ligação de espaços virtuais de redes electrónicas a formas locais de interacção comunitária. Em vez de ser apenas um processo vertical de fornecimento de informação, o projecto partiu, desde o primeiro momento, de uma concepção de envolvimento directo dos cidadãos na implementação da rede, começando por uma avaliação inicial aprofundada das estruturas sociais existentes e dos rendimentos familiares, e da incorporação de membros da comunidade na própria equipa do projecto. Assim, a comunidade teria um papel central na tomada de decisões, atendendo às suas necessidades, desejos e especificidades, procurando igualmente envolver um número alargado de grupos comunitários, fornecedores de informação, estabelecimentos de educação, empresas e consultadores em telecomunicações.

Esta necessária conexão entre os grupos e comunidades 'físicas' e os ambientes digitais ilustra assim a crescente interdependência dos diversos espaços físicos através das redes de telecomunicações, seja com outros espaços físicos, seja com espaços electrónicos, na medida em que são progressivamente coordenados entre si pelos fluxos de informação, complementados em ferramentas e meios que não se encontram

disponíveis em locais fisicamente próximos, e potenciados através da troca de experiências e 'know-how' com outros distantes. Principalmente, os espaços físicos não desaparecem nem se diluem em 'mundos digitais', mas assumem e podem assumir papéis ainda mais centrais na configuração das experiências individuais e colectivas, enquanto locais de referência e de contextualização das práticas e representações - "[m]ore physical places are needed for the cyberworld, not less." (BISWAS, 2000: 6)

Efectivamente, ao mesmo tempo que o espaço electrónico expande as possibilidades comunicacionais e informacionais, os locais físicos surgem como contextos e metáforas para a criação e desenvolvimento de interfaces entre os indivíduos e esses sistemas, presentes nas actividades da vida quotidiana. Assim, "[p]hysical settings and virtual venues will function interdependently, and will mostly complement each other within transformed patterns of urban life rather than substitute within existing ones. Sometimes we will use networks to avoid going places. But sometimes, still, we will go places to network" (MITCHELL, 2000: 155)

Os diferentes espaços onde se movem os cidadãos, com as suas distintas lógicas de funcionamento, regras, valores e práticas, tornam necessária uma concepção mais alargada de cidadania, não restrita a uma ideia de comunidade política nacional. Para além das críticas já formuladas à definição de cidadania unitária presente nos programas governamentais, também se critica uma visão democrática radical nas formulações de Chantal Mouffe (Isin e Wood, 1999), na medida em que sustenta uma 'identidade política comum' que compatibiliza a pertença

a diferentes comunidades culturais, étnicas, linguísticas, etc, com a pertença a uma cidadania universal. Mesmo reconhecendo e integrando na sua conceptualização as tensões entre estas distintas formas de identificação, surge aqui de novo uma explicação teleológica: o objectivo de associação e participação política apresenta-se como a própria causa dessa mesma associação, segundo um chamado 'interesse comum'.

De forma menos extrema, apresenta-se aqui um conceito de cidadania multidimensional e plural, influenciado por Isin e Wood, que admite a identidade do cidadão enquanto conjunto de formas de cidadania nos diversos campos de acção, numa negociação contínua e com restrições nos recursos disponíveis aos indivíduos. Pode contrapor-se que esta concepção não torna claro a articulação entre as diferentes identidades e a cidadania; porém, considero que somente um quadro de referência múltiplo e complexo dará conta da experiência política contemporânea, sem a ideia de um centro agregador único. Precisamente, o que marca essa experiência é a sua dispersão em inúmeras redes que se potenciam nos novos media, o que permite falar de uma 'cidadania tecnológica', possibilitadora de novas formas de actuação nas esferas civis, políticas e sociais.

Dada a importância crescente destes novos media, a desejada melhoria da comunicação e informação (entre os cidadãos e entre estes e os seus representantes políticos) deverá passar necessariamente, segundo Pinto (2000), por uma preparação na utilização crítica dos media e da informação veiculada pelos múltiplos agentes no campo político. O acesso rápido e imediato a um conjunto crescente de informação não torna, por si

só, um indivíduo num 'cidadão'. Talvez, pelo contrário, este sobrecarregamento de informação, proveniente de fontes distintas, obriga a um esforço adicional por parte do agente em se apropriar e organizar essas informações, colocando em questão as suas reais possibilidades de administração das múltiplas escolhas ao seu dispôr.

Assim, as políticas de alargamento da utilização das novas tecnologias devem ser complementadas com formação de "novas competências", através de uma educação adequada para os media e para a comunicação. Segundo essa formação, os conteúdos centrar-se-iam na descodificação das mensagens veiculadas pelas fontes de informação, na desconstrução das lógicas e interesses que estruturam essas mesmas mensagens, na apreensão das diferentes 'versões' dos acontecimentos mediante as interpretações dos diversos agentes, e na conscientização da liberdade de informação enquanto direito de acesso à mesma. Salientar a questão das competências dos indivíduos significa, por outra parte, reconhecer igualmente a relevância do discurso de defesa do 'empowerment'/capacitação dos recursos disponíveis aos actores, apelando a um maior empenho na apropriação e modificação das suas condições, através de escolhas conscientes e com peso nas decisões políticas. A par do papel regulador e promotor inerente aos actores políticos, denota-se aqui um ênfase nas acções, valores e escolhas dos actores sociais enquanto elementos preponderantes e essenciais para o fortalecimento destes novos processos de democratização.

Porém, esta consideração das escolhas planeadas dos actores deverá atender a outras dimensões que condicionam a tomada de

decisões e a participação política e cívica dos mesmos. Precisamente, as escolhas disponíveis aos indivíduos tendem a ser contextualizadas em termos, processos e iniciativas previamente estabelecidos e delimitados num leque de acessos e serviços, isto é, advêm de formulações limitadas à partida que condicionam as escolhas. Criticando visões optimistas, tais como as de Graham e Mitchell, sobre a centralidade das opções dos agentes locais, Robbins adverte que “(...) this choice is simply not enough, for it requires us to express our agency only within the meager and restricted technological terms set by the technoculture.” (ROBBINS, 1999: 51)

Precisamente, um dos papéis cruciais desempenhados pelos movimentos sociais será a análise da estruturação das escolhas tecnológicas e sociais ao dispôr dos cidadãos, frequentemente escamoteadas nas iniciativas e discursos governamentais. A própria afirmação dos 'novos' movimentos sociais construiu-se na resistência às instituições de poder e às suas formas legitimadoras, contrapondo questões como a qualidade de vida, a valorização das identidades pessoais e colectivas, os direitos humanos, formas não-alienadas de trabalho, etc. Na crítica da noção de Alain Touraine (1992, 1998) segundo a qual estes movimentos realizam uma separação entre a esfera social e a esfera do Estado e da acção política, prevalece agora uma conceptualização destes movimentos enquanto agentes políticos fulcrais, imersos na politização de novos domínios sociais através do seu envolvimento com os outros agentes locais, nacionais e até internacionais. Ao utilizarem as características tecnológicas dos novos media, particularmente a Internet, os movimentos sociais

podem estender as suas linhas de acção com outros agentes para além dos espaços físicos geograficamente delimitados, com a vantagem de desenvolverem redes de interacção mais fluidas e descentralizadas. Em comparação com os projectos telemáticos governamentais, definidos na sua maior parte pela sua estrutura e funcionamento rígido e burocrático, os movimentos sociais que potencializam as facilidades de comunicação da Internet podem criar um novo conceito de activismo, se reformularem as suas noções por vezes extremas de 'militância activa'.

Efectivamente, torna-se crucial compreender o carácter complexo, disperso e múltiplo das identidades dos cidadãos e dos espaços onde se movimentam, e procurar compatibilizar estas tendências fragmentadoras com as exigências de participação política colectiva. Certamente tal não passará por concepções tradicionais de 'cidadania universal' ou de comunitarismo, mas sim na apreensão de formas de actuação desenvolvidas nos novos media - ao mesmo tempo que se encoraja a diferença, a diversidade e a liberdade de expressão, a Internet conseguiu, até certo ponto, animar uma cultura de respeito pela individualidade a par de uma comunicação alargada com outros próximos ou distantes. A complexidade destes processos de capacitação e participação dos actores individuais e colectivos nos espaços públicos físicos e electrónicos não permite, porém, caminhos claros e lineares, suscitando antes uma certa indeterminação no evoluir desses processos, na qual “(...) o espaço público tanto pode ser redinamizado e proporcionar uma sociabilidade mais densa e uma participação mais democrática com benefícios para a qualidade da cidadania vivida, como pode ser

instrumentalizado ao serviço do reforço das competências e capacidades já estabelecidas e de cristalização das hierarquias sociais.” (Fortuna, 1998: 113) Afinal, esta reflexão sobre o ‘homem público’ permitiu analisar algumas tendências fulcrais sobre novas identidades e novos media, mas pretendeu também suscitar interrogações válidas, urgentes na sua consideração: será que a comunicação múltipla e dispersa potenciada pelos novos media poderá fragilizar o associativismo, em vez de o reforçar? A noção de activismo poderá ser formulada segundo uma lógica não presencial, electrónica, múltipla, combinada com uma lógica presencial, física? Como modificar as formas governamentais de actuação electrónica de modo a estimular o acesso aos conteúdos públicos e promover um diálogo público com todos os agentes? É possível uma cidadania descentrada e desenvolvida em distintos espaços públicos, físicos e virtuais, de encontro com outros que, por sua vez, podem encontrar-se geograficamente distantes? Que modelos políticos podem configurar uma comunicação mais directa e multinodal entre os cidadãos e entre estes e o sistema político, constituída em redes vastas e complexas?

Bibliografia

- ASCHER, François (1998), *Metapolis - Acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta. (1995)
- BAUMAN, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press
- BAUMAN, Zygmunt (2001), *The Individualized Society*. Cambridge: Polity Press
- BISWAS, Ramesh Kumar (ed.) (2000), *Metropolis Now! Urban Cultures in Global Cities*. Viena: Springer-Verlag/Wien
- BRYAN, Cathy (1998), “Manchester: democratic implications of an economic initiative?” in TSAGAROUSSIANOU, Roza, DAMIAN, Tambini, BRYAN, Cathy (1998) *Cyberdemocracy - Technology, cities and civic networks*. London: Routledge
- BRYAN, Cathy, TSAGAROUSSIANOU, Roza, DAMIAN, Tambini (1998), “Electronic democracy and the civic networking movement” in TSAGAROUSSIANOU, Roza, DAMIAN, Tambini, BRYAN, Cathy (1998) *Cyberdemocracy - Technology, cities and civic networks*. London: Routledge
- CÁDIMA, Francisco Rui (2000), “Miragens digitais”, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Os Cidadãos e a Sociedade de Informação*. Conferência promovida pelo Presidente da República, 9 e 10 Dezembro de 1999, Lisboa, INCM
- CARDOSO, Gustavo (1998), *Para uma Sociologia do Ciberespaço*. Oeiras: Celta Editora
- CARDOSO, Gustavo e AFONSO, João (1999), *As cidades: Uma Incursão sobre a Cidadania*, <http://www.cav.iscte.pt/gustavo/snm/telepolis.htm> (23.02.2001)
- CARR, Stephen et al (1992), *Public Space*. Cambridge: Cambridge University Press

- CASTELLS, Manuel (1991), *The informational City*. Oxford: Blackwell Publishers
- CASTELLS, Manuel (1997), *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Volume II - *The Power of Identity*. Oxford: Blackwell
- CASTELLS, Manuel (2000a), *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Volume I - *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell. (2nd edition - 1997)
- CASTELLS, Manuel (2000b), "Grassrooting the space of flows" in WHELER, James, AOYAMA, Yuko, WARF, Barney (eds.) (2000) *Cities in the Telecommunications Age - The Fracturing of Geographies*. London and New York: Routledge
- DOCTER, Sharon, DUTTON, William H. (1998), "The First Amendment online: Santa Monica's Public Electronic Network" in TSAGAROUSSIANOU, Roza, DAMIAN, Tambini, BRYAN, Cathy (1998) *Cyberdemocracy - Technology, cities and civic networks*. London: Routledge
- DONATH, Judith S. (1996), *Inhabiting the Virtual City*, [http://persona.www.media.mit.edu/The_sis/\(04.03.2001\)](http://persona.www.media.mit.edu/The_sis/(04.03.2001))
- DOWNEY, John (1999), "Afterword: Back to the Future?" in DOWNEY, John e MCGUIGAN, Jim (1999) *Technocities*. London: Sage
- DUTTON, William H. (2000), "Os cidadãos em rede e a democracia electrónica", PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Os Cidadãos e a Sociedade de Informação*. Conferência promovida pelo Presidente da República, 9 e 10 Dezembro de 1999, Lisboa, INCM
- FORTUNA, Carlos, FERREIRA, Claudino, ABREU, Paula (Nov. 1998/Fev. 1999), "Espaço público urbano e cultura em Portugal" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53: pp.85-117
- FRANCISSSEN, Letty, BRANTS, Kees (1998), "Virtually going places: square-hopping in Amsterdam's Digital City" in TSAGAROUSSIANOU, Roza, DAMIAN, Tambini, BRYAN, Cathy (1998) *Cyberdemocracy - Technology, cities and civic networks*. London: Routledge
- GIDDENS, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora (1991)
- GIDDENS, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora (1991)
- GONÇALVES, Maria Eduarda (2000), "Democracia e Cidadania na Sociedade da Informação", PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Os Cidadãos e a Sociedade de Informação*. Conferência promovida pelo Presidente da República, 9 e 10 Dezembro de 1999, Lisboa, INCM
- GRAÇA, Susana, GONÇALVES, Jorge (2001), "Agorafobia ou a nova condição do indivíduo urbano", Encontro te-

- mático intercongressos Cidade e Culturas: Novas Políticas/Novas Urbanidades, 27 e 28 de Setembro de 2001, Associação Portuguesa de Sociologia (APS)
- GRAHAM, Stephen (1999), “Towards Urban Cyberspace Planning: Grounding the global through Urban Telematics Policy an Planing” in DOWNEY, John e MCGUIGAN, Jim (1999) *Technocities*. London: Sage
- GRAHAM, Stephen, MARVIN, Simon (2000), “Urban planning and the technological future of cities” in WHEELER, James, AOYAMA, Yuko, WARF, Barney (eds.) (2000) *Cities in the Telecommunications Age - The Fracturing of Geographies*. London and New York: Routledge
- GUERRA, Isabel (1993), “Modos de vida - Novos percursos e novos conceitos” in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº13: pp. 59-74
- HABERMAS, Jurgen (1978), *L'espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot
- HABERMAS, Jurgen (1992), *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus humanidades
- HACKER, Kenneth L., VAN DIJK, Jan (eds.) (2000), *Digital democracy - issues of theory and practice*. London: Sage
- ISIN, Engin F., WOOD, Patricia K. (1999), *Citizenship & Identity*. London: Sage
- KELLNER, Douglas (1999), “New Technologies: Technocities and the prospects for democratization” in DOWNEY, John e MCGUIGAN, Jim (1999) *Technocities*. London: Sage
- LEFEBVRE, Henri (2000), *La production de l'espace*. Paris: Anthropos (4ª edição)
- LOADER, Brian D. (2000), “Reflexões sobre a Democracia Civil na Era da Informação: um estudo de caso do Nordeste de Inglaterra”, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Os Cidadãos e a Sociedade de Informação*. Conferência promovida pelo Presidente da República, 9 e 10 Dezembro de 1999, Lisboa, INCM
- MATIAS FERREIRA, Vitor (2001), “Qualidade de vida e qualidade das cidades” in PÚBLICO, nº 2203, 3 de Outubro, <http://jornal.publico.pt/2001/10/03/Nacional/P07.html>
- MATIAS FERREIRA, Vitor (2000), “Cidade e Democracia - Ambiente, Património e Espaço Público” in *Cidades - Comunidades e Território*, Centro de Estudos Territoriais (CET), ISCTE, nº1, Dezembro 2000
- MATIAS FERREIRA, Vitor, CASTRO, Alexandra (2000), “Espaços Públicos e Verde Urbano de Lisboa - Um Estudo de Caso sobre Ambiente Urbano” in *Cidades - Comunidades e Territórios*, Centro de Estudos Territoriais (CET), ISCTE, nº1, Dezembro 2000
- MITCHELL, William J. (1997), *City of Bits - Space, Plan and the Infoban*,

- http://mitpress.mit.edu/e-books/City_of_Bits/index.html (Outubro 2001)
- MITCHELL, William J. (2000), *E-topia - "Urban Life, Jim - but not as we know it"*. Cambridge: The MIT Press
- MOSS, Mitchell L., TOWNSEND, Anthony M. (2000), "*How telecommunications systems are transforming urban spaces*" in WHEELER, James, AOYAMA, Yuko, WARF, Barney (eds.) (2000) *Cities in the Telecommunications Age - The Fracturing of Geographies*. London and New York: Routledge
- NASCIMENTO, Susana (2001), "*Eu sou eu, não é?*" - construção e apresentação das identidades na CMC. Dissertação de Licenciatura em Sociologia: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.)
- NASCIMENTO, Susana (2001), "*Para uma compreensão sociológica das identidades na CMC*" (2001), Biblioteca online de Ciências da Comunicação (a publicar nas actas do II Congresso das Ciências da Comunicação - "*Rumos da Sociedade da Comunicação*" - organizado pela Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), <<http://bocc.ubi.pt/pag/nascimento-susana-identidades-cmc1.html>> (Janeiro 2002)
- PAQUETE DE OLIVEIRA, José Manuel (2000), "*Cidadania e novas tecnologias*", PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Os Cidadãos e a Sociedade de Informação*. Conferência promovida pelo Presidente da República, 9 e 10 Dezembro de 1999, Lisboa, INCM
- PINTO, Manuel (2000), "*A formação para o exercício da cidadania numa sociedade mediatizada*", PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Os Cidadãos e a Sociedade de Informação*. Conferência promovida pelo Presidente da República, 9 e 10 Dezembro de 1999, Lisboa, INCM
- PLOTKE, David (1990), "*What's so New About New Social Movements?*" in LYMAN, Stanford M. (ed.) (1995) *Social Movements - Critiques, Concepts, Case-Studies*. London: MacMillan
- RHEINGOLD, Howard (1993), *The virtual community: Homesteading on the electronic frontier*. Reading: Addison-Wesley
- RIBEIRO, Joana (2001), "*A apropriação do espaço urbano por agentes de produção cultural - Uma (nova) paisagem cultural?*", Encontro temático intercongressos Cidade e Culturas: Novas Políticas/Novas Urbanidades, 27 e 28 de Setembro de 2001, Associação Portuguesa de Sociologia (APS)
- ROBINS, Kevin (1999), "*Foreclosings on the City? The Bad Idea of Virtual Urbanism*" in DOWNEY, John e MCGUIGAN, Jim (1999) *Technocities*. London: Sage
- RODOTÀ, Stefano (2000), "*Para uma cidadania electrónica: a democracia e as novas tecnologias da comunicação*", PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Os Cidadãos e a Sociedade*

de Informação. Conferência promovida pelo Presidente da República, 9 e 10 Dezembro de 1999, Lisboa, INCM

SCHMIDTKE, Ed (1998), “*Berlin in the Net: prospects for cyberdemocracy from above and below*” in TSAGAROUSSIANOU, Roza, DAMIAN, Tambini, BRYAN, Cathy (1998) *Cyberdemocracy - Technology, cities and civic networks*. London: Routledge

SENNETT, Richard (1990), *The conscience of the eye: the design and social life of cities*. London: Faber and Faber

SENNETT, Richard (1992), *The Fall of Public Man*. New York: W. W. Norton

SILVA, Filipe Carreira da (2001), “*Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia*” in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 35: pp. 117-138

THORNTON, Alinta (1996), *Does Internet create democracy?*, Master Thesis in Journalism, University of Technology, Sidney,
<http://www.wr.com.au/democracy/index.html> (Outubro 2001)

TOURAINE, Alain (1992), “*Beyond Social Movements?*” in LYMAN, Stanford M. (ed.) (1995) *Social Movements - Critiques, Concepts, Case-Studies*. London: MacMillan.

TOURAINE, Alain (1998) *Iguais e Diferentes - Poderemos Viver Juntos?*. Lisboa: Piaget. (1997)

TSAGAROUSSIANOU, Roza (1998), “*Electronic democracy and the public*

sphere: opportunities and challenges” in TSAGAROUSSIANOU, Roza, DAMIAN, Tambini, BRYAN, Cathy (1998) *Cyberdemocracy - Technology, cities and civic networks*. London: Routledge